

GARANTIA DA LIBERDADE DE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL ENTRE ALUNOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFF RIO DAS OSTRAS: UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA PEDAGÓGICA A PARTIR DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA CATEGORIA PROFISSIONAL

P. M. Sirelli¹
G. G. Ferreira²

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

O componente curricular “Família, relações de gênero e questão social” faz parte do Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso de serviço social da UFF – campus de Rio das Ostras, no 5º período da grade curricular. A ementa propõe o debate de “Família e relações de gênero na ótica de classe, etnia e geração. Perfis contemporâneos. Transformações societárias recentes e implicações nas relações familiares e de gênero. A intervenção do assistente social junto a famílias, grupos de convívio e redes sociais diante das novas manifestações da questão social e o debate contemporâneo em tomo do feminismo, patriarcado e relações instituintes entre os sexos. Principais clivagens teóricas e técnicas que orientam as práticas profissionais em tais áreas - no âmbito da proteção social.” Para alcançar os objetivos traçados no PPC do curso, a partir da ementa apresentada, as professoras que ministram a disciplina vêm trabalhando na análise das relações de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero como elementos estruturantes da dinâmica familiar, e logo, como necessário ser problematizado na formação profissional de estudantes de serviço social

1 Doutora pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, paulasirelli@id.uff.br;

2 Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, asgabrielleferreira@gmail.com

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, inserido na divisão social, sexual e racial do trabalho, atua sobre a reprodução das relações sociais, trabalhando diretamente com a reprodução das famílias e os papéis de gênero que são historicamente definidos a seus membros. É neste espaço, de uma importante instituição que reproduz funções econômicas e ideológicas, de manutenção e reprodução do trabalho reprodutivo, que estruturas de exploração e violência são perpetuadas (CISNE, 2018).

A família é a primeira intuição em que papéis de gênero são apresentados, garantindo um “treinamento informal para o mercado de trabalho” e que o “ser homem” e o “ser mulher” sejam apreendidos. É o espaço do aprendizado da obediência, do controle dos corpos e da sexualidade (CISNE, 2018). Assim, formar assistentes sociais capacitados para trabalhar a diversidade de arranjos familiares pressupõe tratar de temas como conservadorismo, preconceito, LGBTQIA+fobia, muitas das vezes presentes objetiva e subjetivamente na vivência e prática de estudantes de serviço social.

Buscando a defesa da liberdade de orientação e expressão sexual, assim como o fortalecimento do projeto ético-político profissional do serviço social, no primeiro semestre de 2022, foram pensadas estratégias metodológicas capazes de provocar reflexões e possibilitar a construção de estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução de preconceitos na prática profissional de estudantes e estagiárias do curso. É esta experiência que está sistematizada aqui. Com ela, objetivamos possibilitar reflexões que questionem princípios e valores individuais que geram preconceitos e discriminação contra as formas de sexualidades que fogem aos padrões heterossexuais; formar profissionais capazes de construir respostas profissionais que garantam o respeito, a liberdade de orientação e expressão sexual; construir uma cultura de leitura, estudo e acompanhamento dos debates teórico políticos construídos pelos organismos representativos da categoria profissional; e reafirmar a necessidade de análise das relações de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero como elementos estruturantes da dinâmica familiar.

A própria categoria, por meio de seus organismos de representação coletiva (CFESS/CRESS; ABEPSS; Rede de assistentes sociais pelo direito de decidir-RASPDD) vem construindo material teórico e político que subsidia este debate (CARLOTO, et. all 2021). Porque não usá-los então na formação e na dinâmica de uma sala de aula? Tendo isto em vista, somadas experiência de educação popular de base freiriana no debate da sexualidade de adolescentes e jovens construídas ao longo de 7 anos de extensão popular e de pesquisa ação participante, foram organizadas oficinas com os estudantes inscritos no componente curricular.

Como resultados, tivemos um amplo debate em sala de aula sobre heterossexualidade compulsória, possibilidade de manifestação de posturas moralistas e preconceituosas que puderam ser rebatidas e problematizadas pelos próprios estudantes, assim como a construção de estratégias de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual.

Concluiu-se que a educação por pares é uma importante ferramenta de educação popular na desconstrução de preconceitos. A Universidade se reafirma como importante *lôcus* de produção de reflexões, questionamentos e práticas de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual. O material produzido pela categoria sobre direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade, diversidade sexual e de gênero, apresenta densidade teórica e política, contribuindo para a formação e o exercício profissional direcionados à emancipação humana.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e a RAPDD têm desenvolvido material riquíssimo, que tem dado à categoria apoio teórico político para adensar os debates de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade e diversidade na formação e no trabalho profissional. Como referência bibliográfica da disciplina, constavam alguns desses materiais. Produzido pelo CFESS debatemos:

- Nota do CFESS: Família é Diversidade.
- CFESS Manifesta: Dia latino americano e caribenho pela descriminalização e legalização do aborto
- Seminário Nacional de Serviço Social e diversidade trans
- Orientação do atendimento de pessoas Trans no conjunto CFESS/ CRESS
- O que é preconceito - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 1
- Transfobia - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 4. Produzido pela ABEPSS, tivemos 2 notícias e uma nota técnica:
- Mês do Orgulho LGBTQIA+: expressões da diversidade e formação em Serviço Social. Notícia de 17/06/2021
- 28 de junho: representatividade e luta coletiva são fundamentais para o Orgulho LGBTQIA+ notícia de 28/06/2021
- Nota técnica “Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social”

Da RASPDD foi orientado que os alunos assistissem previamente a Conversatória da Cátedra Livre Ingrid Barboza:

- Serviço Social e Direitos reprodutivos (trabalho, formação e organização política)

Em um dia de aula, que empreende o período de 4h, o material foi debatido entre professora e alunas. Houve uma indicação de leitura anterior e uma divisão da turma, para garantir que todo o material fosse lido. Nas 2 aulas posteriores, os textos e debate giraram em torno do tema da educação popular a partir dos textos de Farage e Helfreich (2000) e Silveira e Vieira (2016).

A partir destes debates, a turma foi orientada a construir oficinas sócio educativas: cada grupo de até 6 pessoas deveria criar uma oficina e desenvolvê-la com o restante da turma. Foi oferecida orientação individual para cada grupo, e fornecido material técnico educativo. Foram feitas então 3 oficinas, e os estudantes que não estavam no grupo foram os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A riqueza da dinâmica deu-se por diversos motivos. Primeiro, por propiciar uma experimentação prática para as alunas. O componente curricular de “Família” é concomitante a estágio I, para garantir que os debates sobre família e gênero seja retroalimentados pela experiência pedagógica do estágio, mas que também forneça elementos para análises e intervenção das estagiárias. No período descrito nesse relato, que abarca um período ainda de vivência da pandemia do covid-19 e seus efeitos, nenhuma das alunas estava inserida em Estágio supervisionado. Logo, uma prática de experimentação metodológica orientada, foi muito rica e importante em um momento de prejuízos e incertezas na formação, trazidas pelo distanciamento social e pelo período do ensino remoto emergencial. Segundo, por permitir que as alunas colocassem nas oficinas a forma que apreenderam os debates. No processo de transformar em intervenção profissional os debates e reflexões sobre gênero, diversidade e sexualidade, dificuldades em lidar com alguns temas foram expressas, em especial em temas como o aborto e a transexualidade. A transfobia foi expressa na fala de uma aluna, mas os próprios estudantes construíram argumentos para mostrar à colega que sua fala não condizia com a prática profissional embasada no projeto ético político construído coletivamente pela categoria. Outras falas eram provenientes de desinformação ou de dificuldade de compreensão do debate político. Estas falas são mais fáceis

de serem trabalhadas e problematizadas, pois percebeu-se uma abertura e vontade dos participantes para compreender e rever os possíveis equívocos.

A educação popular em saúde nos dá pistas importantes para trabalhar situações de preconceitos. Escutar como o outro apreende a informação, como ele processa o que foi debatido a partir da sua vivência e experiência pessoal e coletiva, nos dá a direção sobre o que ainda é preciso ser problematizado, debatido, reforçado. Partindo-se da premissa que o saber não pertence ao professor, mas que é construído coletivamente, pelas experiências acumuladas, individuais e coletivas, propiciar que os próprios colegas construam argumentação para contrapor o colega, leva a uma reflexão mais profunda. É o que chamamos de educação por pares, técnica bastante utilizada no trabalho com adolescentes e jovens. Em experiência com jovens (KOPTCKE et. All., 2017) esta mostrou-se uma metodologia de trabalho eficaz no combate ao preconceito. Consiste no estabelecimento de um diálogo entre sujeitos que partilham história de vida que se articulam (estudantes universitários, colegas de classe), produzindo identificação, empatia, facilitando a abordagem e a escuta. Entende-se que as estudantes terão maior disponibilidade em ouvir outras estudantes, ainda que sejam críticas, produzindo novas possibilidades reflexivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório a necessidade de análise das relações sociais a partir da perspectiva de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e de gênero, como elementos estruturantes da dinâmica familiar. Trazer o debate das diversidades dos arranjos familiares na contemporaneidade sob esta perspectiva, bem como da família como um agente que pode interromper ou perpetuar ciclos de violência, foi fundamental para a formação dos estudantes. Preconceito e discriminação são resultados de uma forma de organização social que tenta normalizar e controlar corpos, em detrimento da acumulação de mais e mais valor. Esses valores moralista e conservadores são entrotejados no cotidiano das estudantes. Mas os organismos de representação de assistentes sociais não estão alheios a necessidade de se trabalhar sobre esses temas, como comprova a variedade, profundidade teórica e política de materiais que tem sido produzido nas últimas décadas.

Menezes e Silva já apontavam isso em 2017: “É interessante destacar a consolidação de um processo de avanço do pensamento profissional demonstrado pelas entidades representativas da categoria profissional em relação aos direitos da população LGBT e à luta pelo combate à homofobia.”. As autoras apontam que este avanço é acompanhado pela “fragilidade de alguns profissionais e estudantes

em reconhecer tais direitos, sendo que o primeiro passo para que se exista uma atuação profissional capaz de responder com êxito às demandas desta população, é conhecer e desfazer-se de princípios e valores pessoais que gerem preconceitos e discriminação contra as formas de sexualidades que fogem dos padrões heterossexuais.”. Levar esta discussão para a sala de aula é um compromisso com a formação profissional de qualidade e comprometida com valores emancipatórios. A sala de aula é inegavelmente momento privilegiado de questionar tais valores e construir outros, afinados com nosso projeto ético político profissional.

As oficinas propiciaram um amplo debate suscitado em sala de aula sobre heterossexualidade compulsória, LGBTQIA+fobia, direitos sexuais e reprodutivos, ao mesmo tempo, possibilitou a manifestação de posturas moralistas e preconceituosas que puderam ser rebatidas e problematizadas pelos próprios estudantes. Os estudantes avaliaram muito positivamente a experiência, onde foi possível não apenas desconstruir preconceitos e atitudes conservadoras, mas também construir estratégias de abordagem profissional que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual.

Palavras-chave: Liberdade de orientação e expressão sexual, CFESS/ CRESS, Componente curricular, Educação popular, Serviço social.

REFERÊNCIAS

CARLOTO, C. Et all. Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social. **Nota técnica da ABEPSS**. ABEPSS, 2021. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-202103262108381181190.pdf>. Acessado em 15/07/2023.

CISNE, M. Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social. In.: **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

FARAGE, E; HELFREICH, F. Serviço Social, Favela e Educação Popular In: **Serviço Social, Favelas e Educação Popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital**. Uberlândia, Editora Navegantes, 2000. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social>.

KOPTCKE L. S.; PADRÃO M. R. A. V ; ROCHA F. G. DA; CAIXETA I. A. E DALBOSCO. Reflexões sobre o uso de material para educação entre pares no Programa Saúde na Escola Com. **Ciências Saúde**. v. 28, n. 2, p. 178-187, 2017.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 1, p. 122–129, abr. 2017.

SILVEIRA, Darlene de Moraes e VIEIRA, Karina Melo. **Trabalho Social com Grupos**. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016. Disponível: https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/trabalho_social_com_grupos. Acessado em 20/09/2022.